

PEC ■ PROGRAMA VAI GERAR MAIS DE 1,3 MIL MILHÕES EM RECEITAS

Fisco arrecada 800

■ Teixeira dos Santos admite que aumento da carga fiscal previsto no documento vai afectar mais

● ANA PATRÍCIA DIAS

As medidas previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) deverão gerar mais de 1,3 mil milhões de euros em receitas. Esta é a expectativa do Governo, que só em receitas fiscais prevê arrecadar cerca de 800 milhões de euros. Em causa estão medidas como a limitação das deduções e benefícios fiscais, que afectará mais de três milhões de portugueses.

“Temos uma estimativa global do impacto das medidas da receita – que engloba não só o lançamento das mais-valias como a limitação aos benefícios fiscais, as receitas com as portagens, as receitas que advirão do Código Contributivo – que representa cerca de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB)”, revelou ontem o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. Feitas as contas, isto significa uma receita total superior a 1,3 mil milhões de euros.

Só as alterações fiscais, como a criação de um novo escalão de IRS para rendimentos superiores a 150 mil euros, que irá abranger 30 mil portugueses, e o corte nas deduções e benefícios, vão permitir arrecadar cerca de 800 milhões de euros.

Após admitir que o agravamento da carga fiscal previsto no documento irá afectar mais de três milhões de portugueses, Teixeira dos Santos insistiu em que o esforço para reduzir o défice das contas públicas deve ser dividido, e desafiou os críticos a revelarem quem deve pagar a factura: os pobres ou a classe média? “Ouvi alguns responsáveis dizerem que isto de criar uma taxa de IRS agravada até 2013 não tem efeito nenhum, dizendo que a classe média não pode ser sacrificada. E eu pergunto: então vamos sacrificar os pobres? Quem paga a factura?”, atirou o ministro, em declarações à margem da cerimónia de posse do bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues Azevedo.

Com um défice de 9,3 por cento, Portugal precisa de reduzir 6,3 pontos percentuais até 2013, ou seja, 10 mil milhões de euros. Para a Oposição, o combate ao défice deve ser realizado através da redução da despesa, por isso critica o aumento da carga fiscal. ■

Ministro garante que não quer sacrificar os pobres



■ Teixeira dos Santos revelou receitas do PEC após cerimónia de tomada de posse de Domingues Azevedo

Procura de dívida pública superou a oferta



Alberto Soares ficou satisfeito

● A elevada procura de investidores estrangeiros levou ontem o Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) a colocar no mercado 990 milhões de euros em obrigações do Tesouro, acima dos 750 milhões inicialmente previstos.

O sucesso da emissão, a primeira desde a apresentação do PEC, resulta de “alguma estabilidade nos mercados e também das recentes notícias” relativas aos esforços de

consolidação orçamental, afirmou à Reuters o presidente do IGCP, Alberto Soares. À Associated Press, o responsável confessou ter recebido “ofertas no valor de 1,58 mil milhões de euros pela emissão de dívida com maturidade em Abril de 2021 e com uma taxa [de juro] de 4,17%”.

Em poucas palavras, Alberto Soares acabou por resumir assim o resultado da emissão obrigacionista: “Correu muito bem.” ■



milhões

de três milhões de portugueses



Ulrich dá nota positiva ao PEC

● Fernando Ulrich, presidente do BPI, defendeu ontem que "PSD e CDS têm condições para aprovar o Plano de Estabilidade e Crescimento". Ao 'Jornal de Negócios' o banqueiro defendeu tratar-se de "um bom programa", e considerou ainda que tanto o PCP quanto o Bloco de Esquerda "têm condições para se abster" na votação. O líder do BPI diz que o plano de consolidação das obras públicas "é bom" e "credível" por apresentar "um cenário macro-económico realista". "É mais prudente e conservador do que o do Banco de Portugal." ■

Convergência em 2 ou 3 anos

● "Antes de 2012 não vai haver nenhuma aceleração da convergência [do regime das pensões dos funcionários públicos] porque o Governo está precisamente a trabalhar num cenário de convergência acelerada em dois ou três anos", garantiu ontem o secretário de Estado da Administração Pública, Gonçalo Castilho dos Santos. O governante recusou-se a avançar a data concreta da convergência, justificando que "tal dependerá das negociações com os sindicatos". Este ano os funcionários poderão reformar-se com 62 anos e 6 meses de idade. ■



Gonçalo Castilho dos Santos

DISCURSO DIRECTO
DIOGO LEITE CAMPOS
Fiscalista

"Os pobres estão a ser sacrificados"



Correio da Manhã – O Governo garante que o PEC não sacrifica os pobres. Concorda?
Diogo Leite Campos – Os pobres estão a ser sacrificados com o congelamento de salários na Função Pública e com a retirada dos benefícios fiscais na Saúde e na Educação.
– **A previsão de arrecadar 800 milhões de euros em receitas fiscais é razoável?**
– Não sei como se calcula esse valor. As mais-valias não dão esse dinheiro nem os limites às deduções. Têm sim baixo impacto orçamental e pressionam a classe média.
– **O Governo reitera que não aumenta impostos...**
– Há um aumento de impostos. Se Sócrates fala em redistribuição justa, pergunto se esse dinheiro vai aumentar pensões mais baixas. ■ P.H.G.

OCDE dá aval ao plano português

■ AOCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, deu ontem um sinal positivo aos investidores com o aval dado ao Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) apresentado pelo Governo.
"A OCDE acolhe a estratégia de consolidação do Governo, que vai na direcção de manter a confiança dos mercados, suportar o crescimento e assegurar a sustentabilidade financeira", afirmou o secretário-geral da organização, Angel Gurría.

Entre as medidas apresentadas pelo Executivo de José Sócrates, a OCDE destaca os esforços para tornar "o sistema fiscal mais abrangente" e a manutenção das medidas de emprego em 2010. Perante estas palavras, Ferro Rodrigues, embaixador português junto da OCDE, veio a público sublinhar que "é muito importante neste momento este

Crise retirou 2,7% do potencial de crescimento do País

apoio tão claro [da OCDE] às medidas propostas pelo Governo português". Ainda assim, o também antigo secretário-geral do PS recusou fazer qualquer outra análise às consequências imediatas da posição assumida pela OCDE.
Apesar do entusiasmo de Ferro Rodrigues, um relatório da OCDE, também ontem divulgado, mostra que a crise terá reduzido em 2,7% o potencial de crescimento da economia nacional no longo prazo.
E destaca ainda que, no que toca à riqueza, os portugueses continuam sem se conseguir aproximar dos quinze países mais ricos da OCDE devido à fraca produtividade. ■



Ferro Rodrigues sublinha apoio da OCDE às medidas de José Sócrates

D.R. COM LUSA